



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**HABEAS CORPUS Nº 560601 - RJ (2020/0029513-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : LAYANNA DE MAGALHAES BARBOSA CORREA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : LAYANNA DE MAGALHÃES BARBOSA CORRÊA - RJ217745**  
**LOHANE ALVES DA SILVA CARDOSO - RJ216837**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : LEANDRO NUNES DE MESQUITA (PRESO)**  
**CORRÉU : JOSE SERGIO DA SILVA**  
**CORRÉU : LEANDRO NUNES BOTELHO**  
**CORRÉU : LEANDRO BAPTISTA SANTANA**  
**CORRÉU : ISAIAS DE OLIVEIRA CABRAL**  
**CORRÉU : THIAGO ALVES DOS SANTOS**  
**CORRÉU : MAIKE SOUZA COSTA**  
**CORRÉU : RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA**  
**CORRÉU : CLAUDIO DOS SANTOS MOREIRA JUNIOR**  
**CORRÉU : DIOGO CARVALHO DE OLIVEIRA NUNES**  
**CORRÉU : GABRIEL DE SOUZA PEREIRA**  
**CORRÉU : RODRIGO LUIZ GONÇALVES DA SILVA**  
**CORRÉU : ROGÉRIO CAMILO**  
**CORRÉU : LEONARDO DA SILVA TEÓFILO**  
**CORRÉU : DOUGLAS SOUSA SANTOS**  
**CORRÉU : DEIVISON RONALDO DOS SANTOS**  
**CORRÉU : MICHEL DOS SANTOS SILVA TORRES**  
**CORRÉU : IAGO RODRIGUES DA SILVA**  
**CORRÉU : CASSIO DE PAULA MADEIRA BARBOSA**  
**CORRÉU : JEFERSON DA SILVA ANDRADE**  
**CORRÉU : NILTON CESAR DE SOUZA LAPA JUNIOR**  
**CORRÉU : WELLINGTON BARROS SOUZA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **DECISÃO**

**LEANDRO NUNES DE MESQUITA** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal a quo.

Requer a expedição de alvará de soltura, por considerar inidônea a fundamentação exarada para decretar sua prisão preventiva, ante a suposta prática

do crime previsto no arts. 35, c/c o art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006.

## **Decido.**

### **I. Contextualização**

Trata-se de ação penal através na qual o ora paciente, juntamente com outros 21 corréus, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 35 c/c 40, inciso IV, ambos da Lei nº 11.343/2006.

O Juiz decretou a medida extrema pelos seguintes argumentos (fl. 80-81):

Compulsando os autos, verifica-se que a medida cautelar pleiteada afigura-se necessária na hipótese sob exame, porquanto o delito atribuído aos acusados é daquele que justifica a segregação cautelar, em razão de sua repercussão no caso concreto, em face da efetiva intranquilidade coletiva gerada no seio da comunidade, eis que o delito supostamente perpetrado pelos agentes, invariavelmente, gera lesão à ordem pública e à paz social.

[...]

Ademais, o crime de tráfico de drogas é comprovadamente responsável pela ocorrência de outros delitos, apresentando-se, ainda, como um dos grandes responsáveis pela degradação de muitas famílias e, assim, da própria sociedade, razão pela qual a decretação da prisão cautelar apresenta-se imprescindível à garantia da ordem pública.

[...]

Na decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, o Magistrado acrescentou (fl. 84):

Leandro Nunes Botelho está foragido. No entanto, consta instrumento de mandato acostado à fls. 326, tendo apresentado resposta às fls. 587/589, por advogado.

[...]

Como bem salientou ilustre representante do Ministério Público, da análise dos autos constata-se que continuam presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, valendo ressaltar que as Defesas não lograram êxito em comprovar qualquer alteração na situação fático-jurídico que pudesse ensejar a modificação da decisão que decretou a prisão preventiva. Ademais, a primariedade e residência fixa não constituem óbices à prisão cautelar.

Ressalte-se que o requisito objetivo se encontra devidamente preenchido, porquanto a pena máxima do crime que é imputado aos acusados é superior a quatro anos, conforme previsto no artigo 313, I do CPP.

Ainda que os acusados tenham demonstrado possuir residência

fixa e/ou atividade laboral lícita, têm-se que tais elementos, por si só, não são suficientes para o deferimento do pleito liberatório, devendo haver a presença de outros requisitos autorizadores, os quais se encontram ausentes no presente caso, como acima fundamentado.

Assim, verifica-se que os motivos que ensejaram a decretação da prisão cautelar dos acusados encontram-se hígidos, o que recomenda, por ora, a manutenção da medida excepcional, a fim de garantir a ordem pública e a assegurar a aplicação da lei penal. Por estes motivos, por aqueles apontados na decisão de fls. 268/272, e, ainda, **por aqueles apontados pelo Ministério Público que, com a devida vênia, também ficam fazendo parte integrante desta decisão**, por ser despicienda a sua repetição, DESACOLHO os pleitos defensivos

**Vê-se que a autoridade, além da situação de fuga, adotou, como parte integrante de sua decisão, as razões apontadas pelo Ministério Público. O *Parquet*, em sua representação, assinalou que:** a) "o crime imputado na inicial é de elevada gravidade, uma vez que foi praticado margeando as habitações ali existente, [...], evidenciando audácia e periculosidade" (fl. 46); b) as "circunstâncias descritas em todo o inquérito policial demonstram que os requeridos atuaram com enorme tranquilidade e profissionalismo, tendo agido como organização e hierarquia, restando evidenciada a periculosidade dos agentes" (fl. 47), c) "diante do potencial criminoso que os denunciados já demonstraram serem capazes de produzir [...] tão logo percebam que a condenação será certa irão procurar evadir-se" (fl. 47) e d) "pelas características do delito, verifica-se que os denunciados são criminosos contumazes"(fl. 47).

Conforme consta dos autos, em diligência da Polícia Civil na Comunidade ‘Morro dos Macacos’, apreendeu-se “um caderno de anotações para o tráfico de drogas da comunidade referida, dominada pela facção ‘Terceiro Comando Puro’, momento em que se iniciou a interceptação telefônica dos terminais obtidos, chegando-se as condutas de cada um” dos 22 (vinte e dois) denunciados, sendo **o paciente “filho do chefe do morro e líder do grupo criminoso ‘SCOOPY’”, com “incumbência de repassar as informações da traficância de drogas ao seu pai, (...) atuando como um verdadeiro *longa manus* do pai”, Leandro Nunes Botelho, de alcunha Scooby, que seria o “chefe do tráfico de drogas na**

comunidade dos Macacos” e quem “organiza e delega funções seus subordinados” e “mantém esconderijo nas comunidades do São Complexo da Maré, localidades dominadas pela mesma facção criminosa ‘SCOOBY’, o ADA” (Amigos dos Amigos). Os denunciados **“são conhecidos na localidade pela intensa traficância. Inclusive, ostentam armas e drogas nas mídias sociais”**(fls. 38 e 62).

Ao que se tem, não foi cumprido o mandado de prisão, pois o advogado registra que o réu está "resistindo ao constrangimento ilegal" (fl. 3).

## **II. Negativa de autoria**

As alegações da defesa, sobre a negativa de autoria, não podem ser examinadas por esta Corte. Deveras:

1. Para a ordenação da prisão preventiva não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta, que, pelo cotejo dos elementos que instruem o mandamus, se fazem presentes.

**2. A análise acerca da negativa de participação no ilícito é questão que não pode ser dirimida em habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita.**

[...]

(AgRg no RHC n. 112.891/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 23/03/2020).

## **III. Prisão preventiva**

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

## **O Juiz de primeira instância apontou indícios razoáveis de autoria**

**delitiva, identificados na investigação da Polícia Civil, e a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal.**

Não há vício de fundamentação, pois, apesar de o Juiz ter feito singelos apontamentos sobre a gravidade da suposta associação para o tráfico de drogas, em caso que, por sua gravidade, merecia maior cuidado e destaque à posição de relevo do paciente no grupo criminoso, certo é que o magistrado adotou, como razões de decidir, os dados apontadas pelo Ministério Público e na representação da prisão preventiva consta a menção ao *modus operandi* mais grave do crime, praticado em Comunidade, com contumácia, audácia, periculosidade e profissionalismo, por grupo organizado e com hierarquia, o que evidencia a periculosidade acusado, seu elevado potencial criminoso e o risco de reiteração delitiva.

O risco à aplicação da lei penal está evidenciado pela fuga e não há falar em direito de resistência.

A necessidade de acautelar a ordem pública também está justificada, pois:

[...]

3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

[...]

(HC 558.163/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 12/03/2020)

Deveras: **"Às ordens do juiz, enquanto não forem invalidadas pelo próprio Poder Judiciário, não se pode opor um suposto "direito à fuga".** O acusado que pretende fugir e prolongar o motivo para o decreto preventivo faz uma escolha que lhe trará os ônus processuais correspondentes, pois não pode o Judiciário ceder a essa opção da parte, a menos que considere ilegal o decreto de prisão" (RHC n. 114.552/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/9/2019).

**Em razão da gravidade do crime e das indicadas circunstâncias do fato,**

**bem como da condição de fuga do réu, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais e garantir eventual aplicação da lei penal.**

À vista do exposto, **denego o habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator